



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

PROJETOS DE URBANIZAÇÃO HIGIENISTAS E SEGREGACIONISTAS ÉTNICO-RACIAIS NAS CIDADES BRASILEIRAS NO SÉCULO XX

MAÍRA VUCOVIX FIRMINO¹

ANA MARIA REIS DE GOES MONTEIRO²

Resumo: O início do século XX foi marcado pelo movimento sanitário nas cidades brasileiras, impulsionado pela luta de médicos para que a saúde pública entrasse na agenda federal de maneira efetiva. Dessa forma, é pertinente estudar a modernização dos espaços urbanos, na tentativa de apagar resquícios herdados do atraso imperial, mas que, consequentemente, expulsou a população pobre e majoritariamente negra para as bordas das cidades. Nesse sentido, o Rio de Janeiro foi transformado nas primeiras décadas do século XX. A antiga capital federal e cartão postal nacional teve parte de suas ocupações faveladas removidas de áreas tidas como nobres, em favor de toda uma eficiente infraestrutura. Já no caso de São Paulo, o crescimento desenfreado das periferias estimulou as ocupações encortçadas, que aumentaram também diante do descaso público com relação aos déficits habitacionais. O artigo aqui proposto pretende, portanto, com método de revisão bibliográfica, embasada principalmente na leitura das produções da arquiteta e urbanista Tainá de Paula, pontuar a segregação étnico-racial nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no intuito de esclarecer a relação de causa e efeito entre a urbanização higienista à supressão do direito à cidade. A construção da história desta e de outras biografias negras individuais formam, juntas, um coletivo importante a ser estudado no campo da arquitetura brasileira, entendendo as desigualdades marcantes das cidades, usualmente não retratadas.

Palavras-chave: sanitário, segregação étnico-racial, direito à cidade.

Introdução

As primeiras preocupações higienistas com relação às aglomerações em centros urbanos surgiram na Europa, em meados do século XVIII. Paris e Londres são exemplos de crescimento demasiado a ponto de a propagação de doenças decorrentes da insalubridade preocupar médicos sanitários. Ambas as cidades passaram por grandes intervenções e foram radicalmente modificadas.

Na segunda metade do século XIX, a questão urbana se tornou um problema para os países das Américas, como é o caso do Brasil. Entre os assuntos mais discutidos, a habitação popular esteve nos centros de debate dos diferentes programas de intervenção nas cidades. O que determinava sua urgência era o alarmante crescimento populacional e a consequente demanda por moradia dos residentes urbanos.

¹ Universidade Estadual de Campinas. mavucovix@gmail.com.

² Universidade Estadual de Campinas. anagoesmonteiro@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Alguns eventos de destaque, realizados no período, são o I Congresso de Habitação (1931) e a Jornada Econômica de Habitação (1941). Embasados por questões sanitárias, os atores envolvidos (arquitetos, engenheiros, políticos, sociólogos e médicos) defendiam a habitação mínima (voltada, sobretudo, para os novos trabalhadores fabris das cidades), alugada ou comprada, segundo princípios de economia, higiene e moral. A padronização de hábitos e costumes ainda era uma maneira de tentar controlar a população operária. Discussões do I Congresso de Habitação foram publicadas na *Revista Politécnica*³, organizadas pelo engenheiro-arquiteto Alexandre Albuquerque, responsável também pelo pronunciamento inaugural do evento.

As propostas apresentadas na Jornada Econômica de Habitação foram divulgadas em quase 400 páginas pela *Revista do Arquivo Municipal (RAM)*⁴, além de aparecerem em folhetos, conferências e programas de rádio. Alguns exemplos, entre os inúmeros trabalhos apresentados, são: “A habitação como fator da delinquência”, de Aldo Sinisgall; “A habitação e a moral”, de Francisco de Paula Ferreira; “Lares e casas – educação do morador”, de Maria Antonieta de Castro; “Vivendas populares e habitações econômicas, como fator da profilaxia antituberculosa”, de Clemente Ferreira; “Higiene da habitação – higiene do terreno – insolação – ventilação – isolamento térmico”, de Heitor Pinheiro; “A habitação econômica na higiene social”, de Antenor Silveira.

Além da discussão sobre habitação mínima, questões de higiene e educação permeavam os discursos. Isso mostra que havia interesse em controlar o modo de viver dos trabalhadores, a partir da importação e imposição do modelo europeu de urbanismo moderno. O choque de culturas reflete-se na distribuição e organização espacial das cidades brasileiras até os dias de hoje. Conforme colocado pela advogada e mestre em Planejamento Urbano e Regional, Letícia Osório:

“A origem escravocrata da formação do povo brasileiro, a grande quantidade de imigrantes europeus inadaptados à sua condição formalmente livres, mas econômica e socialmente dependentes do poder Estatal e a tradição colonial das instituições, especialmente aquelas relacionadas à distribuição da terra, fez com que o Brasil se tornasse um país marcado por intensa desigualdade social, cultural, de oportunidades

³ *Revista Politécnica* nº101, mar-abr 1931.

⁴ *Revista do Arquivo Municipal* ano 8 volume 82, 1942.



**SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL**

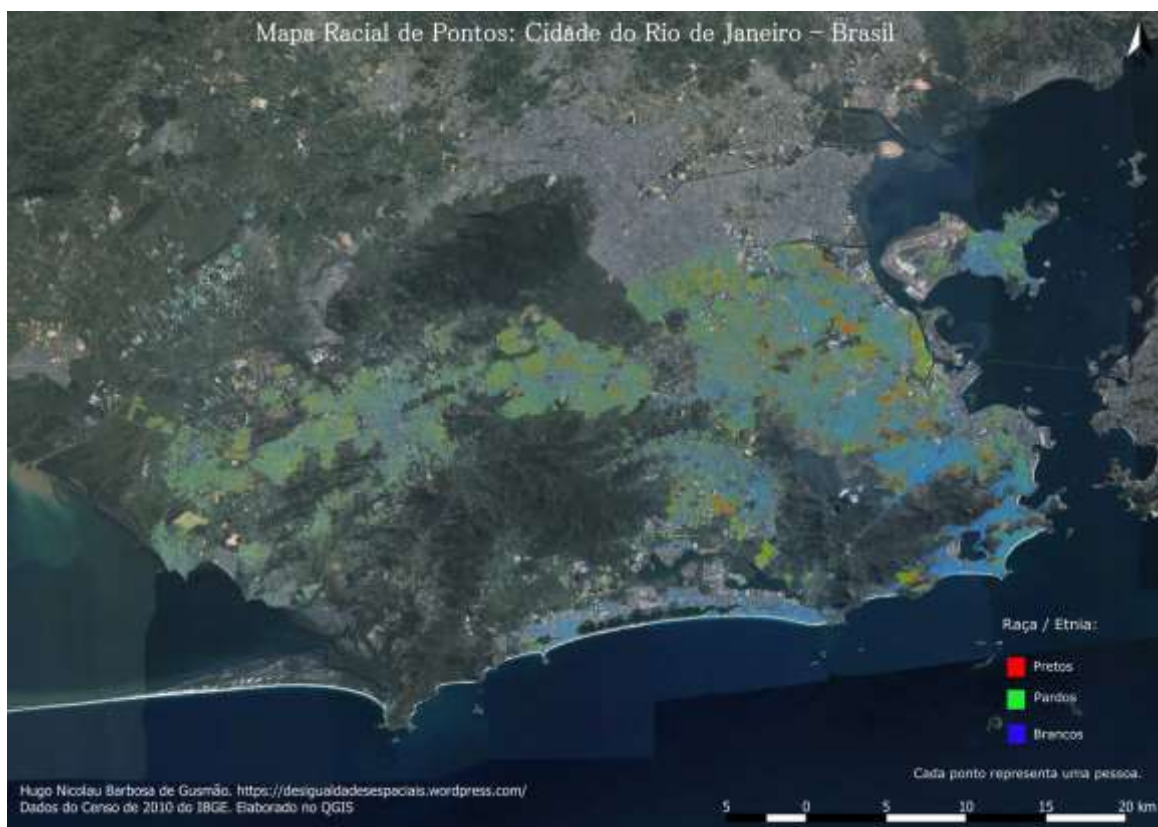
e a concentração de riqueza se acumulasse em poder de apenas dez por cento da população brasileira.” (OSÓRIO, 2006)

Tomando como referência as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, as diferenças traduzem-se em verdadeiros abismos sociais e seguem minimamente tratadas abaixo.

Rio de Janeiro

No caso da Capital carioca, foi criada e mantida uma Zona Sul extremamente elitista e turística, que não representa a realidade brasileira. Conseqüentemente, a distribuição de pessoas de origem negra e parda está concentrada nas áreas mais pobres da cidade, no caso as Zonas Norte e Oeste. O mapa abaixo, desenvolvido por Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, estudante de geografia da USP, representa graficamente tal segregação:

Figura 1 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, segundo Censo de 2010, IBGE



Fonte: <https://riononwatch.org.br/?p=17005>



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

As primeiras expulsões na cidade do Rio de Janeiro iniciaram no governo do prefeito Francisco Pereira Passos, no início do século XX (1902-1906). Com a remoção dos velhos prédios residenciais da área central, as famílias mais necessitadas se viram obrigadas a mudar-se para os subúrbios, em função dos caros aluguéis. As medidas de “embelezamento” e “melhoramento” implicaram em altos custos sociais para uma cidade originalmente desigual.

“Antes de iniciar as campanhas sanitárias lideradas por Oswaldo Cruz, no início do século XX, a remodelação do espaço urbano, sob a direção do prefeito Pereira Passos, começaria pela expulsão dos pobres do centro da cidade. A demolição de casebres, cortiços e casas de cômodos, na opinião dos médicos sanitaristas, representava eliminar os locais propícios para contaminação e propagação das doenças infecciosas.” (CARPINTERO, 1997, P. 55)

Posteriormente, ao longo do Regime Militar e das intervenções realizadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), na década de 1960, outras atrocidades foram realizadas ao que se refere ao urbanismo e à habitação social. A Cidade de Deus, por exemplo, realocou os moradores da favela da Catacumba a cerca de 30 quilômetros de distância das ocupações iniciais, sem projeção de implementação de equipamentos básicos de saúde, educação e infraestrutura urbana.

No mesmo período, foram removidas, ao todo, 27 favelas, principalmente de áreas nobres, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em um pensamento conservador e atrasado, nos moldes do que foi realizado na cidade por Pereira Passos. Os novos endereços não tinham luz, asfalto e transporte, mas, em contrapartida, ficavam convenientemente distantes do cenário de cartão postal da Capital.

“Para nós a questão era simples e objetiva. Se a favela estava em área de risco, tinha de ser reassentada em outro local. Se invadia a Mata Atlântica, tinha de ser retirada dali. Se poluía margens de rios, lagos e lagoas, ou se ficava à mercê de marés, também tinha de ser deslocada.” (CAVALCANTI apud FREIRE, 2000, p.81)⁵

Qualquer sociedade minimamente humanitária não deve, de fato, defender ocupações em áreas passíveis de desastres naturais, que coloquem em risco as vidas de seus moradores. No entanto, a frase acima, de Sandra Cavalcanti, deputada estadual da

⁵ FREIRE, Américo. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Guanabara (1960-1963) e primeira presidente do BNH (1964-1965), é essencialmente demagógica, pois, ainda hoje, áreas de Mata Atlântica são ocupadas, na cidade do Rio de Janeiro, por casas luxuosas.

As favelas foram retiradas há mais de 50 anos, mas a Lagoa Rodrigo de Freitas representa, atualmente, um dos principais problemas ambientais da cidade, em função dos dejetos que recebe rotineiramente. Além disso, parte do lixo dos condomínios da elite brasileira é lançado diretamente no mar, o que torna algumas praias impróprias para banho. Esse panorama contraditório transforma muitas das cidades brasileiras em palco de conflitos ideológicos, sociais, econômicos, arquitetônicos e urbanísticos, acirrando a questão étnico-racial.

Complementando sua linha de raciocínio, a deputada Cavalcanti também defendia, abertamente, a produção de moradia como minimizador de lutas sociais e, ainda, como propaganda política de um governo ilegítimo.

“Nós achamos que a revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, funcionará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas.” (CAVALCANTI apud AZEVEDO e ANDRADE, 2011, P.39)

Nas palavras acima, a deputada mostra sua predileção por intervenções em grandes centros urbanos, o que resultou em cidades abarrotadas e no abandono de regiões carentes do País. Defensora do sanitarismo, do embelezamento da cidade e da valorização da propaganda política em detrimento de melhores condições sociais, Cavalcanti era integrante da ARENA, partido de sustentação do Regime Militar, mas, por discordâncias internas, abdicou da presidência do BNH no final de 1965.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Figura 2 – Antiga Favela da Catacumba, uma das removidas da área da Lagoa Rodrigo de Freitas. Atualmente é o Parque da Catacumba.



Fonte: FREIRE, Américo. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. Capítulos da memória do urbanismo carioca, p. 70

Tanto na gestão de Sandra Cavalcanti como nas seguintes, comandadas por Luiz Gonzaga do Nascimento (1965-1966) e Mário Trindade (1966-1971), os planos do BNH não concretizaram medidas essenciais, como inserção de moradias de interesse social em áreas centrais das cidades; barateamento no custo das habitações; prazos mais enxutos de execuções; integração de trabalhadores não qualificados na economia de mercado; expansão progressiva de atendimento à população carente; e redução nos custos financeiros decorrentes da economia de escala.

Nesse sentido, o BNH não foi capaz de gerar condições de habitabilidade, acessibilidade e disponibilidade de serviços para uma população pobre e majoritariamente negra, que continua desassistida. Tornou-se, ao contrário, um órgão comandado pelas flutuações do mercado econômico e, portanto, um mecanismo de mercantilização descontrolada da terra urbana.

“A intervenção do BNH na política urbana no Brasil é acompanhada de um esforço no sentido de disciplinar o uso e ocupação do solo urbano por parte do Estado. A tendência a disciplinar (relativamente) o crescimento urbano é ao mesmo tempo uma tendência de modernizar o processo de produção e comercialização.” (MARICATO, 1987, pp. 77 e 78)

Interessante a colocação acima, da arquiteta Ermínia Maricato, de que o controle sobre o uso e ocupação do solo urbano foi (e ainda é) bastante relativo. Até hoje, existe uma



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

contradição grosseira entre as medidas tomadas para as habitações faveladas e as de alto padrão. Enquanto desapropriações nas periferias acontecem, até mesmo sem ordem judicial, mansões particulares são desfrutadas em Angra dos Reis (RJ) ou Campos do Jordão (SP)⁶.

Importante ressaltar que, no processo de avanço do BNH, foram favorecidos investidores, donos de terras urbanas, grandes empresas de edificações e, sobretudo, empresas de materiais para construção civil. Não à toa eram elas algumas das maiores incentivadoras da produção de habitação em larga escala.

“As empresas de edificações e, mais poderosas do que elas, as empresas produtoras de material e equipamentos para construção começaram a pressionar o BNH para a produção em massa de habitações. A presença do capital estrangeiro nessa investida (...) é bem marcante na área, com novos materiais e equipamentos para construção, revelando uma tendência à expansão desses setores rumo ao mercado interno brasileiro.” (MARICATO, 1987, P.56)

O resultado final foi o Estado na mão dos empresários e a construção de um verdadeiro mar de casas e prédios em meio ao nada, sem as pretendidas funções sociais almejadas pelos arquitetos.

Figura 3 – Vila Kennedy, em 1965. Construções em substituição à Favela da Catacumba.



Fonte: FREIRE, Américo. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. Capítulos da memória do urbanismo carioca, p. 87

⁶ Escândalos com a casa de João Dória, atual governador do Estado de São Paulo (2019-2022), em área invadida em Campos do Jordão; e com a casa da família Marinho, em Ilha Josefa, Angra dos Reis, onde a mansão ocupa parte preservada da Mata Atlântica.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

São Paulo

A historiadora Marisa Carpintero, pesquisadora de história urbana, em seu livro, *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*, fez uma importante crítica aos especialistas que ganharam cargos políticos e atuaram, principalmente na década 1930, em prol do sustentáculo das grandes diferenças sociais brasileiras.

As participações forem relevantes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar de que as propostas urbanísticas fossem extremamente regionalistas, por trás, tentava-se estabelecer um conceito de “nação brasileira”. Carpintero pontua a realização de eventos (como o I Congresso de Habitação) e a criação de instituições (como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTIC) como ferramentas de apaziguamento de conflitos sociais, por meio de discursos neutralizadores. “Os operários não precisam mais fazer nada, controlar nada, lutar por nada, tudo está dado, rigorosa e cientificamente determinado por especialistas altamente competentes.” (MUNAKATA, apud CARPINTERO, 1997, P. 82)⁷

No caso da cidade de São Paulo, Luis de Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia são dois urbanistas importantes. Prestes Maia fez o *Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. Pode-se dizer que o Plano é a concretização das ideias que circulavam nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). Significava a cidade racional, dividida em quatro funções básicas: habitação, recreação, trabalho e circulação. Tal racionalidade caminhava de encontro ao zoneamento proposto pelos urbanistas modernos como uma nova estratégia de controle sobre a cidade. Anhaia Mello justificava a importância do *zoning* na organização racional das cidades.

⁷ Kasumi Munakata, *A legislação trabalhista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1981, citado por Alcir Lenharo, *op. cit.*, p.37



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Figura 4 – Gravura publicado no boletim informativo do Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929.



Fonte: CARPINTERO, Marisa. A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil, p. 91

O tema da habitação como um dos elementos estruturadores do urbanismo também foi bastante estudado pela arquiteta e urbanista Sarah Feldman. Em seu livro, *Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972*, discutiu o início do zoneamento urbano em São Paulo e a transformação da capital paulista a partir do instrumento do planejamento urbano. A intenção de Feldman é explicar, de maneira bastante didática, as duas matrizes do planejamento urbano como ordenadores da utilização do solo urbano e dos processos econômicos ligados à essa dinâmica.

Suas pesquisas explicam a implantação do urbanismo brasileiro montado na matriz norte-americana, caracterizada pela origem econômica do sistema, em oposição à concepção alemã, de cunho social e entendimento formal das cidades baseado em um urbanismo extremamente funcionalista. A vertente alemã, surgiu como resposta às guerras mundiais para a reconstrução de parte da Europa. Este planejamento resultou em cidades inteligentes fundamentadas em um modelo global de entendimento, proposto por profissionais de conhecimento específico sobre o assunto.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

No caso das cidades brasileiras, a prioridade voltou-se para o interesse do mercado imobiliário, com soluções propostas, principalmente, por advogados e economistas, sem priorizar debates com a comunidade e interdisciplinaridade de políticas públicas. Portanto, de maneira geral, o zoneamento se deu de forma desvinculada e despreocupada de questões arquitetônicas, urbanísticas e sociais.

Além dos primórdios do planejamento urbano, a autora esclarece a atuação da *Companhia City* especificamente em bairros da área sudoeste da cidade de São Paulo (como Jardins e Morumbi). O desenho dos bairros jardins planejados pela Companhia é um dos fatores responsáveis pela intensa valorização da terra. A condição de uma unidade de vizinhança estritamente residencial reforça o caráter de exclusividade e eleva os preços no mercado imobiliário. E o *Plano de Avenidas* propunha uma cidade formada por espaços verdes, além da predileção pela habitação individual.

Dessa maneira, a população de baixa renda, caracterizada principalmente por negros e pardos, acabou expulsa para as grandes periferias, único lugar onde os custos da terra eram acessíveis. Ao mesmo tempo, tal população ficou isolada das regiões mais bem servidas de infraestrutura urbana e, por conseguinte, privada do direito à cidade.

A somatória destes fatores compõe, ainda hoje, bairros de enormes desigualdades sociais e, conseqüentemente, altos índices de déficit habitacional, violência urbana, deslocamentos diários descabidos, exploração imprópria dos trabalhadores em subempregos, depredação do meio ambiente e exclusão e discriminação.

Repercussões

Frente a estas discussões, a leitura das produções e a participação de palestra com a arquiteta, urbanista e ativista feminista, Tainá de Paula é fundamental. Tainá é Conselheira do Centro de Defesa e Direitos Humanos Fundação Bento Rubião e integrante da Comissão para Equidade de Gênero do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ). A arquiteta é especialista em Patrimônio Cultural e mestre em Urbanismo. Atualmente é Coordenadora Regional do Projeto Brasil Cidades



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

e desenvolve projetos de arquitetura pública, planejamento urbano e habitação popular, assessorando movimentos como Movimento dos Trabalhadores sem Teto do Rio de Janeiro, União de Moradia Popular e a Rede Bairro a Bairro.

Também faz parte do coletivo Arquitetas Negras, ação criada para levantar a discussão de gênero e raça na arquitetura e urbanismo. Para realização do projeto foi lançado o primeiro volume da Revista Arquitetas Negras, primeira publicação produzida exclusivamente por arquitetas negras, que acabou se tornando um livro.

Em seu artigo *Cidades em fim de linha*, em referência ao livro da arquiteta Otília Arantes, *Urbanismo em fim de linha*, Tainá reforça a necessidade do debate sobre o lugar dos pobres na sociedade e no território brasileiro.

“Nós temos a cidade negada, e isso é uma violência de longo prazo que não pode ser invisibilizada. O Poder Público e as políticas públicas em geral não dão conta dessa ausência. E a gente precisa, não só em projeto lei, mas uma nova política de orçamento público e uma nova política de gestão pública que torne a cidade esse corpo menos precário do que é hoje” (PAULA, 2018)

Por fim, pretende-se aqui dizer que, entre tantos outros trabalhos, desta e de outras arquitetas, em tempos de políticas radicais, se destacam como progresso e esperança para intervenções mais consistentes e precisas da arquitetura e do urbanismo. Acredita-se que, na medida do possível, seja viável a redução das enormes desigualdades sociais e étnico-raciais nas cidades brasileiras.

Bibliografia

Livros e artigos

ANDRADE, Luís A. Gama. *Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Luís A. Gama de Andrade e Sérgio de Azevedo. São Paulo, 1982.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1997

FELDMAN, Sarah – *Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005

FREIRE, Américo. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

MARICATO, Erminia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979

MARICATO, Erminia. *Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Fapesp, 2016

OSÓRIO, Letícia Marques. *Direito à moradia adequada na América Latina*. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (coordenadores). *Direito à moradia e segurança jurídica da posse no Estatuto*. Belo Horizonte: Fórum, 2004

PAULA, Tainá de. *A (não) política habitacional de Witzel e Crivella*. Rio de Janeiro: Mídia Ninja, 2019

PAULA, Tainá de. *Cidades em fim de linha*. Rio de Janeiro: Brasil 247, 2019

PAULA, Tainá de. *Wilson Witzel e o chicote da barbárie*. Rio de Janeiro: Mídia Ninja, 2019

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015